

LEI Nº 740/2025.

SANCIONADO

De 14 de Fevereiro de 2025.

EM 14/02/25

Assinatura

Publicado no Placard Oficial
da Prefeitura Municipal de
Muricilândia-TO

Em 03/04/25

"Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas atividades que especifica, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA/ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais em pleno exercício do cargo, faz saber que a Câmara Municipal de Muricilândia, Estado do Tocantins, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, nos moldes do art. 37, inciso IX da Constituição Federal, autorizado a contratar, na forma temporária e em caráter excepcional de interesse, a fim de evitar a paralisação de serviços públicos essenciais, até a realização de novo concurso público, servidores para preenchimento dos cargos descritos nesta lei, até o limite dos quantitativos ali apontados.

Art. 2º - As pessoas contratadas na forma desta lei serão regidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Muricilândia, com atribuição, requisitos do cargo, jornada de trabalho, e vencimento definidos na forma da legislação municipal, tomando como parâmetros os salários definidos em lei.

Parágrafo único - As pessoas contratadas sob a égide da presente lei ficam asseguradas: Remuneração equivalente à percebida pelos servidores de igual ou assemelhada função do quadro permanente da Administração, garantindo-se sempre, ao menos, o piso salarial mínimo nacional; Inscrição no plano geral de Previdência Social - INSS.

Art. 3º - A permanência dos contratados nos cargos relacionados no quadro previsto nesta lei ficará condicionada à convocação e posse dos aprovados em concurso público, o que implicará na imediata rescisão contratual dos admitidos na forma desta lei, sem que gere direito a estes, a qualquer indenização, ressalvado o direito ao pagamento dos dias efetivamente trabalhados.

Art. 4º - Os contratos temporários estabelecidos nesta Lei terão a jornada de trabalho fixada em até 40 (quarenta) horas semanais,

dependendo da necessidade e conveniência do Ente Público Municipal contratante.

Art. 5º - As infrações disciplinares atribuídas aos contratados nos termos desta lei serão processadas nos termos do Regime Jurídico Único, salvo em rescisão direta por interesse da administração.

Art. 6º - Os contratos firmados nos termos desta lei extinguir-se-ão sem direito a indenização:

I - Pelo término do prazo contratual;

II - Por iniciativa do contratado;

III - Pela extinção ou conclusão de programa;

IV - Pela investidura no cargo de pessoa concursada;

V - Por conveniência e interesse da administração.

Art. 7º - A presente lei se dá em caráter extremamente necessário ao preenchimento das vagas comportadas dentro da estrutura administrativa, para o devido funcionamento dos órgãos e secretarias municipais, do qual se faz valer até a presente realização de um concurso público obedecendo aos princípios legais e constitucionais.

Art. 8º - O número de vagas, cargos e áreas de necessidade estão descritos na tabela abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Nº DE VAGAS	CARGOS
16	Professores
	Professor Orientador
18	Monitores
05	Merendeira
04	Porteira/Servente
08	Vigilante
07	Auxiliar de Serviços Gerais
01	Barqueiro
08	Motorista
01	Técnico de Informática
01	Recepcionista/Telefonista
03	Auxiliar Administrativo
01	Psicólogo Escolar e Educacional
01	Assistente Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Nº DE VAGAS	CARGOS
07	Vigilante
02	Auxiliar Administrativo
07	Brigadista
01	Mecânico
02	Treinador de Futebol
05	Auxiliar de Serviços Gerais
03	Motorista
01	Técnico de Informática
01	Recepcionista/Telefonista
02	Fiscal de Tributos
02	Fiscal de Postura
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
Nº DE VAGAS	CARGOS
06	Motorista
08	Operador de Máquinas II/Retroescavadeira e Outros Equipamentos Pesados
03	Operador de Máquinas I/Motoniveladora e Outros Equipamentos Pesados
03	Auxiliar de Serviços Gerais
01	Operador de Escavadeira Hidráulica II
06	Vigilante
03	Coveiro
15	Gari
04	Pedreiro
04	Ajudante de pedreiro (Servente)
01	Borracheiro
01	Eletricista
01	Encanador hidráulico
01	Auxiliar Administrativo
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Nº DE VAGAS	CARGOS
04	Auxiliar Administrativo
04	Orientador Social
01	Facilitador de Oficinas
03	Assistente Social
03	Vigilante
02	Psicólogo
01	Barqueiro
02	Merendeira
03	Visitador Social
02	Motorista
02	Auxiliar de Serviços Gerais (ASG)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	

VAGAS	
04	Auxiliar de Serviços Gerais
03	Agente de Combate a Endemias
03	Auxiliar Administrativo
02	Fiscal em Vigilância Sanitária
06	Enfermeiro
07	Motorista
05	Vigilante
08	Técnico de Enfermagem
01	Médico Cardiologista
01	Médico Ginecologista
04	Médico Clínico Geral
01	Biomédico
01	Recepcionista/Telefonista
01	Assistente Social
03	Agente Comunitário de Saúde
02	Farmacêutico
03	Odontólogo
04	Auxiliar de Consultório Odontológico
01	Técnico de Vacina
02	Nutricionista
02	Fisioterapeuta
01	Técnico de Coleta de Material/Laboratório
01	Ultrassonografista
02	Educador Físico
01	Psicólogo
01	Médico Veterinário

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2025, e terá validade por um período de 4 (quatro) anos a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada conforme necessidade, por ato do chefe do Executivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Muricilândia, Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2025.


JOÃO VICTOR BORGES FERREIRA
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa autorizar a **contratação por tempo determinado**, para atender **necessidade temporária de excepcional interesse público**, em conformidade com o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

O objetivo deste projeto é regulamentar as contratações temporárias de forma que elas ocorram dentro dos limites constitucionais em situações imprescindíveis para o funcionamento da administração pública.

O município de Muricilândia enfrenta demandas extraordinárias e urgentes, que exigem a contratação de profissionais para atividades temporárias, que demandam uma força de trabalho adicional para garantir a continuidade dos serviços públicos e a proteção dos interesses da população.

A contratação por tempo determinado será exclusivamente para o atendimento de necessidades excepcionais, temporárias e urgentes, controle de sua execução.

A proposta busca atender a essas necessidades específicas, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Constituição, evitando comprometer os direitos dos servidores públicos efetivos e respeitando os princípios da gestão pública, mantendo a qualidade dos serviços prestados à população e a continuidade das atividades essenciais.


João Victor Borges Ferreira
Prefeito de Muricilândia

Ofício GAB. nº 004/2025.

Muricilândia - TO, 10 de janeiro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador JOSÉ ROBERTO AIRES
Presidente da Câmara Municipal
Câmara Municipal de Muricilândia

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei sobre Contratação por Tempo Determinado para Atender Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público.

Prezado Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a contratação por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme as necessidades identificadas no âmbito da administração municipal.

A proposta visa garantir que o município de Muricilândia possa adequar sua força de trabalho às demandas emergenciais e específicas que surgem de maneira temporária, sem que haja violação dos princípios constitucionais que regem a administração pública com base na necessidade urgente e de interesse público, conforme prevê a Constituição Federal.

Na expectativa de que o Projeto seja analisado com a devida atenção, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

João Victor Borges Ferreira
Prefeito de Muricilândia

